

Rafaela Ferraz

# Portugal de Morte a Sul

## A morte, o morto, o corpo



A MINHA AVÓ VIA A MORTE À FRENTE DOS OLHOS. Não falo da minha bisavó, a *senhora sábia* que curava hérnias inguinais às criancinhas da aldeia passando-as por dentro dos troncos de árvores fendidas. Falo da minha avó, que via a morte à frente dos olhos quando escorregava nas escadas e quase caía, quando quase era mordida por uma cobra-rateira, quando quase torcia um pé numa expedição aos míscaros.

Tratavam-se por tu, a minha avó e a morte. Cruzavam-se em cenários em tudo banais, contados e recontados com tamanho melodrama que se tornavam picarescos. Imaginava sempre a minha avó embrenhada nas suas peripécias e ali ao lado a Morte, atrás de uma cortina de renda, aconchegadinha numa toca, empoleirada num muro, a Morte seca e esquelética e imóvel, de foice em punho, mas sem vontade de a usar por não ser ainda dia para ceifar.

Anos depois, já a minha avó partira de mão dada com a Morte, tropecei numa série de litografias de um tal Edward Hull<sup>1</sup>. Datada de 1827, a série «The Dance of

Death» é composta por representações coloridas de um esqueleto sorridente, por vezes encantador, por vezes travesso, que se cruza com várias pessoas embrenhadas nas suas peripécias e decide, encontro após encontro, se as vai levar consigo. Quando interrompe um jogo de cartas, ceifa os jogadores sem hesitar. Quando assiste a uma visita médica, decide poupar o doente, pois não vale a pena acelerar o inevitável. Quando se cruza com um varredor de lixo, apunhala-o de imediato – pois só a Morte deve recolher o refugio do mundo.

Nas ilustrações de Edward Hull, vejo a Morte como a minha avó a via, ou como eu imaginava que ela a via: uma presença constante capaz de infligir horrores, mas apenas uma vez a cada pessoa. Até lá, nada. Até lá é inofensiva, surgindo apenas esporadicamente para despertar uma breve reflexão sobre a finitude.

A minha ilustração favorita é a primeira da série: mostra um esqueleto travesso a emergir de um portal, que pode ser tanto uma porta de mina como um dólmen, de lança na mão e dedo indicador erguido à frente do rosto, como quem pede silêncio. A ilustração é acompanhada por um poema de Thomas Hood, «Death's Ramble», que descreve «o lúgubre velho Rei da Morte» a sair sorrateiro do seu ermo, pronto para mais uma ronda de jogos com os mortais. Lá vai a Morte, travessa e ligeira, reclamar as almas que têm partida marcada para hoje – e fazer uma visitinha moralizadora àquelas que, como a minha avó no dia em que quase caiu das escadas, ainda têm caminho pela frente.



A minha avó pensava muito na morte. Eu, nem tanto. Coleciono pagelas fúnebres e passo muito tempo em cemitérios, a fotografar sepulturas e a memorizar nomes que passaram à história, mas não penso muito na morte. Gosto de ler os testamentos dos ilustres que encontro em passeios por cemitérios vários, de ver como davam um toque de humildade aos seus funerais requisitando a presença exclusiva de cento e cinquenta órfãos. Sempre que procuro imagens de satélite de um cemitério, desafio-me a encontrar o talhão que estava em uso naquele dia, a localizar uma cova aberta no meio do quadriculado fúnebre. Há sempre uma pronta para o lúgubre velho Rei da Morte.

Não penso muito na morte. Já nos mortos, penso bastante. Penso, em particular, em como nunca vi nenhum morto que não tenha sido colocado à minha frente, deliberadamente, para que eu o pudesse ver. Nunca tropecei num morto como quem tropeça nas litografias de Edward Hull. Nunca deparei, se me é permitida a expressão, com um cadáver casual, e que privilégio é poder dizê-lo. Não vivi guerras nem catástrofes, estou resguardada da brutalidade, nunca fui perpetradora nem espectadora de violência, nunca assisti, nem por acaso, ao momento em que o vivo passa a morto. Os mortos que vi foram preparados para mim por mãos invisíveis – expostos numa metafórica bandeja que pode ser, conforme a ocasião, mesa de autópsias, vitrine ou caixão.

O primeiro cadáver que vi, vi-o estendido numa mesa de aço no Instituto de Medicina Legal: um estranho, exposto perante uma turma de alunos que arrastavam os pés nervosinhos, sala adentro, para assistir à primeira autópsia. Não foi um encontro espontâneo. Embrulhada em bata e luvas e máscara e sapatinhos descartáveis, eu ia mais do que preparada para a performance que é desmontar um ser humano e voltar a montá-lo, com jeitinho, para que ninguém saiba o que ali se passou. Sabia o que esperar, e em que ordem. Sabia que a assistência seria em pé, que devia manter-me firme, distribuir o meu peso pelas duas pernas, relaxar os joelhos, respirar pela boca. Sabia que, a desmaiar, desmaiaria ao primeiro contacto entre a serra circular e o crânio daquele estranho. Aguentei-me. Nem me lembro da serra. Mas lembro-me do cheiro ferroso, da sangria, e lembro-me do som que faz o couro cabeludo quando o cortam em dois, incisão discreta de orelha a orelha, e o descosem do crânio para expor o osso. Lembro-me – não porque me perturbou, mas porque me divertiu – do braço direito do morto: de tão rígido que estava, não assentava sobre a mesa.

Mais tarde, já em casa, dei por mim a testar a flexão do meu braço, a rotação do meu ombro, a perícia dos meus dedos. Tentei imaginar o impacto que o *rigor mortis* terá um dia no meu corpo – se fará de mim mais forte, se me impedirá de baixar os braços. Perguntei-me se, depois de morta, sobrarão de mim alguma coisa reconhecível, se alguém me conseguirá identificar pela costela deformada ou pelo tubérculo de Carabelli, uma saliência extra na face interna dos

primeiros molares superiores, que eu tenho como muitas pessoas, mas não todas.

Como disse, não penso muito na morte. Pensei naquele dia, um bocadinho, mas só o suficiente para descobrir que afinal tenho um corpo – e que, por isso, tenho algo em comum com todos os cadáveres do planeta Terra.

Há muitos anos, ao ler um texto do antropólogo João de Pina-Cabral, cruzei-me com a frase «ter um corpo é uma característica dos vivos»<sup>2</sup>. A princípio, não fez qualquer sentido. Porquê excluir os mortos do grande clube universal dos portadores de corpos? Não somos todos iguais? Não é isso que nos dizem as paredes das capelas dos ossos, «nós ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos»? Mas isso foi a princípio. Mais tarde, depois de ler e reler, e de ver, comecei a perceber.

Onde quer que vá, vejo os corpos dos vivos. Em movimento ou em repouso, a marchar pela cidade ou a dormir nos transportes públicos. Vejo corpos habitados, animados, longe da influência do lúgubre velho Rei da Morte. Nunca vejo os corpos dos mortos. A morte acontece, nunca deixa nem nunca deixou de acontecer. Acontece nas enfermarias hospitalares, enleada em tubos e sondas. Acontece em silêncio, nos passeios das nossas cidades, nos cantos resguardados onde vive quem não tem casa. Acontece em explosões de violência, em confrontos inesperados entre estranhos, ou, bem mais frequentemente, entre pessoas que se conhecem bem, que juram amar-se. Acontece nos teatros de guerra, nos

ecrãs das televisões e cada vez mais dos telemóveis, na cascata de conteúdo das redes sociais.

A morte acontece, e quando acontece o corpo transforma-se. Decompõe-se, claro, de dentro para fora e de fora para dentro, por cortesia da «comunidade decompositora», como lhe chamam os estudiosos da tafonomia, mas não é isso que quero dizer: quero dizer que deixa de ser templo da alma, veículo de uma vida que urge manter a qualquer custo, para se tornar resíduo hospitalar a descartar no prazo máximo de setenta e duas horas, de acordo com o enquadramento legal português. Da maca para o caixão e do caixão para a tumba ou o incinerador, o corpo do morto sai de cena com uma eficiência que desorienta os corpos dos vivos, estagnados no lamaçal do luto.

Esta questão de ter ou não corpo não é, portanto, material – é claro que os mortos têm corpo. No grande clube universal dos portadores de corpo, somos todos iguais, tirando o facto de alguns de nós estarmos vivos. A diferença está na visibilidade. Os mortos não têm corpo como os vivos porque não lhes é permitido tê-lo, não lhes é permitido partilhar o nosso espaço.

Ainda assim, há cadáveres que se mantêm entre nós. São os tais que só vejo expostos em metafóricas bandejas, preparados por mãos invisíveis que os dispuseram para que eu os pudesse ver; são as múmias egípcias nos museus, as relíquias de santos que forram altares, os esqueletos sobre rodinhas empoleirados nos cantos das salas de aula. Não estão

escondidos, estes corpos – estão expostos, de forma intencional, apenas para que os vivos os possam ver.

Começaremos por procurá-los no cemitério, onde não os encontraremos. Falhando, e sabendo que falhámos, continuaremos a nossa passeata pelo universo fúnebre: desceremos aos ossários e visitaremos as capelas dos ossos, onde a morte se faz arquitetura. Ao emergir, avançaremos em direção às igrejas e catedrais, e às ossadas ilustres dos santos que as legitimam. Visitaremos as ossadas de santos oficiais, os cadáveres de santos oficiosos e as vitrines empoeiradas de santos que nunca o foram. Terminaremos a nossa jornada no museu – primeiro no de anatomia, depois nos de arqueologia, antropologia, história natural, que servem de túmulos a tantos corpos.

Durante a nossa viagem, conheceremos pessoas muito semelhantes a nós, com corpos muito parecidos com os nossos. Encontraremos pessoas que ficaram para trás por vontade própria e pessoas que não partiram porque não deixámos. Encontraremos pessoas que alguém poderá considerar desaparecidas – corpos deslocados, descontextualizados, arrancados ao seu tempo e ao seu espaço, mantidos entre nós sem que se compreenda bem porquê. Perguntar-nos-emos, talvez, se não seria melhor devolvê-las ao túmulo, deixá-las partir. Algumas destas pessoas serão pele e osso, outras apenas osso. Outras serão tecido mole, flutuando num frasco de formol. Uma será ilustre, outras anónimas. Algumas serão anonimizadas.

Não será uma jornada violenta, não necessariamente, nem uma tour pelos locais onde os vivos se fazem mortos. Não nos interessam os cadafalsos nem as pontes de Entre-os-Rios.

Não nos interessam as alas de cuidados paliativos, nem os pontos negros da estrada nacional 2. Não nos interessa o lar, palco da morte violenta de tantas mulheres. Não nos interessa a Praia da Luz, nem nos interessa a Boca do Inferno. Não procuramos a Morte, com M grande, nem os lugares onde a vida se faz morte. Procuramos os mortos que ficaram, não os que partiram.

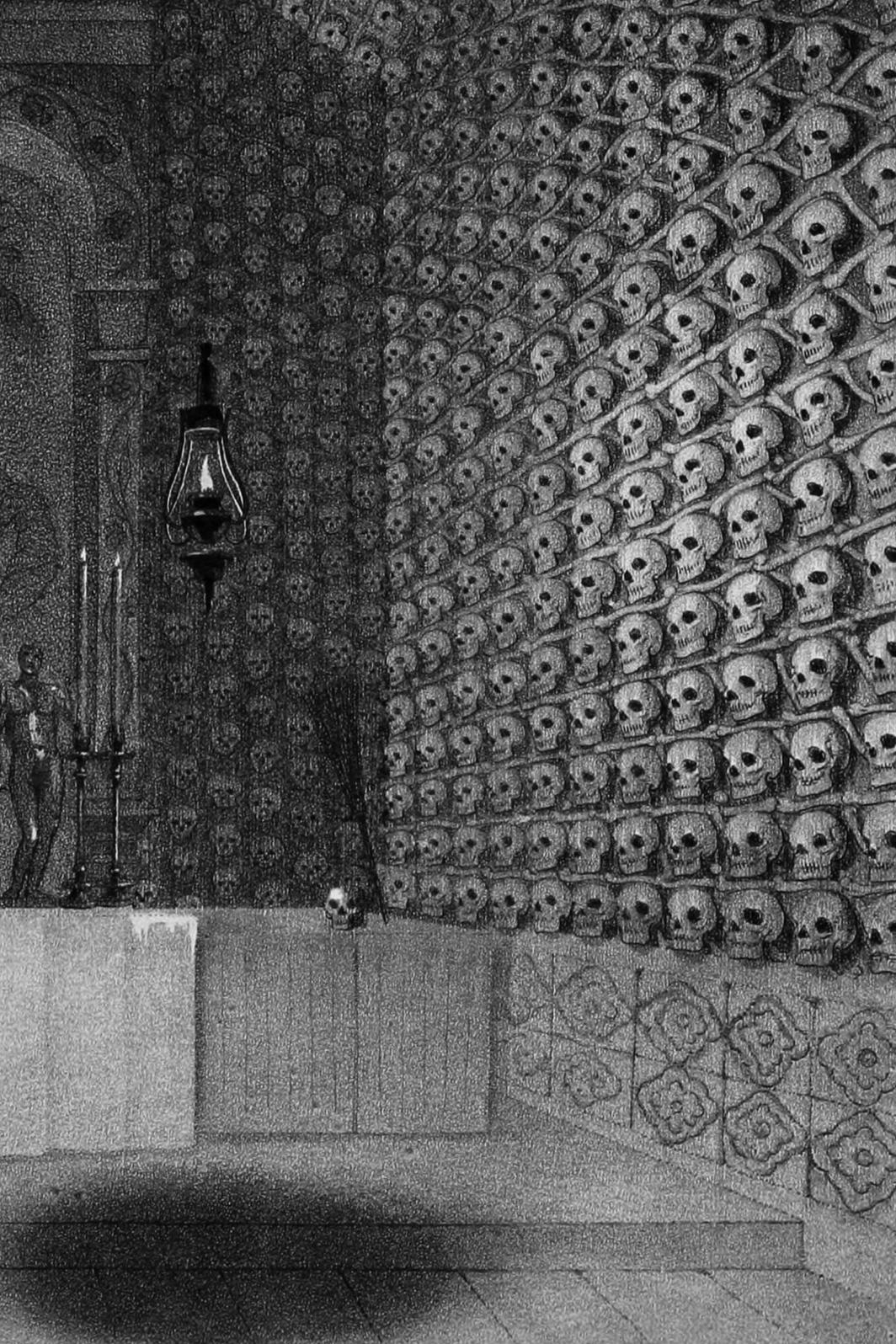
E é nesse ficar, nesse ato de tornar o corpo refém, que encontraremos vestígios de violência. Se um corpo está exposto, é porque alguém quis que estivesse. E se o fez, importa saber porquê. Foi luto, fé, curiosidade? Reverência? Subjugação? Quem tem autoridade para decidir quem fica e quem parte, e com que intenção o faz? Que mãos manipularam os mortos que vamos visitar, e que crenças as guiaram? Quem define o lugar do outro, antes e depois do fim?

A seu tempo saberemos. Para já, importa dar início ao caminho. O tempo de quem nos espera é longo, mas o nosso é curto.

# O corpo sepultado







◀ *Em 1792, o britânico John Barrow visitou esta capela dos ossos, no Funchal. Um monge idoso garantiu-lhe, com grande convicção, que todos os ossos pertenciam a homens santos da ilha.*

## O cemitério



EM OUTUBRO DE 1867, Teresa de Jesus foi a enterrar no Cemitério do Prado do Repouso. Em dezembro de 1868, foi a enterrar no Cemitério do Prado do Repouso. Outra vez.

Era solteira, residente na rua de Entreparedes<sup>1</sup>, possivelmente meretriz. Morreu em 1867, no Hospital da Ordem de Nossa Senhora do Terço e Caridade, no Porto, e tudo indicava que a sua história ficaria por aí: seria enterrada em campa rasa, como tantas antes e depois dela, e prontamente esquecida. Acontece, no entanto, que Henriqueta Emília da Conceição, também ela meretriz, não esqueceu.

Estávamos no século XIX, e Henriqueta Emília da Conceição era o tipo de figura «ultrarromântica» que viria a marcar esta época<sup>2</sup>. Nascida em 1845, diz-se que enveredou pela prostituição algures na adolescência, a partir do momento em que se tornou legal fazê-lo. Diz-se também que a sua tia e madrinha, Emília Rosa da Assunção e Sousa, mantinha uma casa de toleradas na zona da Sé do Porto, um estabelecimento decente, com licença, onde Henriqueta poderá ter

vivido e trabalhado até se estabelecer por conta própria<sup>3</sup>. Diz-se ainda que se vestia de maneira elegante, que se penteava à moda, que se aperaltava com fitas e joias, que fumava, que comia e bebia bem, que vivia famosa entre as meretrizes da cidade.

Em julho de 1868, Henriqueta Emília da Conceição fez um requerimento ao Cemitério do Prado do Repouso. Pretendia, como qualquer pessoa de bem, comprar um terreno. Meses depois, em outubro, abordou novamente o cemitério; pretendia, agora sim, que trasladassem a «sua familiar» Teresa Maria de Jesus, morta e sepultada havia um ano no mesmo cemitério, para o dito terreno, onde entretanto mandara construir um jazigo. Seria possível?

Foi possível. A autorização para a exumação foi dada a 29 de outubro de 1868, e Teresa de Jesus lá foi trasladada – do Prado do Repouso, possivelmente da secção privada da Ordem do Terço e Caridade<sup>4</sup>, para o Prado do Repouso, onde Henriqueta lhe mandara construir um jazigo perpétuo.

O jazigo ainda lá está, no número 177 da secção 33, mesmo ao lado de uma das principais avenidas que atravessam o extenso e muito plano Cemitério do Prado do Repouso. Francisco Queiroz, especialista em arte cemitérial, descreve o monumento como um simples pedestal de granito sob uma estátua de São Francisco, supostamente de origem italiana<sup>5</sup>. Porquê São Francisco? Não sabemos, e Henriqueta já não está presente para lhe podermos perguntar. De qualquer forma, este será certamente um dos

jazigos mais concorridos do Prado do Repouso, com flores e velas renovadas quase diariamente. Basta procurar a estátua de São Francisco com flores no regaço, velas aos pés, e estará encontrado o local onde uma mulher chamada Henriqueta mandou enterrar uma mulher chamada Teresa – que, não sendo realmente sua familiar, talvez fosse sua amiga, ou sua amada, ou sua amante.

Caso surjam dificuldades, será possível confirmar a localização do monumento no roteiro desdobrável do cemitério, onde surge identificado como «monumento erigido em 1868 por Henriqueta Emília da Conceição (f. 1874)». Não é uma forma muito típica de assinalar uma sepultura, que normalmente vale mais pelo nome de quem lá repousa do que de quem a mandou construir.

No dia da exumação, Henriqueta pediu aos presentes que se retirassem, que lhe permitissem um momento de contemplação, a sós, com os restos mortais da mulher que decidiu desencovar. Uns meses depois, começaram a circular pela cidade boatos sobre a caveira que Henriqueta teria recolhido sabe-se lá de onde, fervido num panelão de cozinha e exposto na sua sala de estar. Confirmada a veracidade dos boatos, Henriqueta seria mandada prender por profanação de cadáver – ou, mais especificamente, por guardar na sua morada no largo da Trindade, alumiada por uma lanterna de azeite, aconchegada em rendas dentro de uma urna de pau-preto, uma singela caveira humana.